



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

Assembleia Legislativa de Alagoas
PROTOCOLO GERAL 1625
Data: 26/06/2018 Horário: 15:32
Legislativo -

Projeto de Lei nº _____/2018.

SÚMULA: Dispõe sobre assegurar a gratuidade nos Ônibus intermunicipais aos membros das Guardas Municipais e aos Agentes Municipais de Trânsito, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE ALAGOAS DECRETA:

Art. 1º Fica assegurado, aos membros das Guardas Municipais, e aos Agentes Municipais de Trânsito, transporte gratuito nos ônibus intermunicipais, desde que fardados ou mediante identificação funcional.

Parágrafo único. Para que o servidor da Guarda Municipal e o Agente Municipal de Trânsito obtenham o passe livre a que se refere o art. 1º deve ser obrigatório a apresentação da Carteira de Identificação Funcional contendo especificação do seu local de trabalho e respectivo domicílio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió 26 de Junho de 2018.

Ronaldo Medeiros
DEPUTADO ESTADUAL





ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

JUSTIFICATIVA

É grande a importância dos serviços de transporte público na vida dos trabalhadores em geral e do servidor público, em particular, pois, o deslocamento diário para o local de trabalho é essencial ao cumprimento da atividade laboral, principalmente os agentes de segurança pública. A grave situação econômica que o País passa, e que abate também sobre os servidores públicos e dado o tamanho do dispêndio o servidor acaba sendo compelido a se mudar para bairro mais próximo de seu trabalho, onde o custo de vida costuma ser mais elevado ou de áreas consideradas de risco.

O intuito desta isenção é proporcionar ao servidor da Guarda Municipal e Agentes Municipais de Transito o direito de se deslocar para o seu posto de trabalho e residência sem ônus da sua renda mensal.

O uso da gratuidade se dará somente durante o trajeto da residência ao Posto de trabalho e consiste no direito dos Guardas Municipais e os Agentes de Transito a usar o transporte coletivo sem passar pela catraca, mediante apresentação da carteira de identidade funcional.

Assim sendo, a presente proposição visa garantir o acesso ao serviço de transporte público, essencial ao cumprimento do deslocamento para o trabalho, fundamental da vida laboral, tendo em vista que transporte não é luxo e sim uma necessidade básica, estamos certo do apoio dos nossos pares e aprovação do presente Projeto de Lei.

Maceió, 26 de Junho de 2018

